



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

Ata N.º 2/2018

--- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE DE VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO ---

--- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, segunda, a Assembleia de Freguesia de Silvalde, na sua sala de reuniões e sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Novo, secretariado pelo Primeiro Secretário, Marco Oliveira. Estiveram ainda presentes os Senhores Vogais, Arminda Ferro (SIM), Joaquim Costa (SIM), António Costa (PSD), José Carvalho (PSD) e António Félix (PSD), António Cruz (PS) e Celso Sá (PS).

--- Da agenda para a Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos: ---

--- **Ponto um:** Deliberar sobre os assuntos agendados para o período de antes da Ordem do Dia. ---

--- **Ponto dois:** Apreciar e votar proposta de contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da gestão de praias ---

--- **Ponto três:** Apreciar e votar proposta de contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito de manutenção de infraestruturas. ---

--- **Ponto quatro:** Apreciar e votar as propostas de protocolo a celebrar com o Sporting Clube de Silvalde e com a AtlantikBreak Clube de Surf – Barrinha Surf School. ---

--- **Ponto cinco:** Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia.

--- **Ponto seis:** Aprovação das atas das sessões anteriores. ---

--- Dando início à sessão, o Presidente da Mesa anunciou que a Primeira Secretária não poderia estar presente na sessão, pelo que se faria substituir pelo Segundo Secretário, Marco Oliveira, sendo o lugar do último ocupado pelo Vogal António Cruz. Prosseguiu o Presidente da Mesa com os pedidos de substituição, um apresentado pela Vogal Daniela Ramos que pediu para ser substituída pelo Vogal João Folha, outro apresentado pela Sara Pereira substituída pela Vogal Lurdes Marques que pede consequentemente a substituição pelo Vogal Carlos Pinho, outro pelo Vogal Dorindo Correia, que se faz substituir pelo Vogal Hélder Pinho, passando estes a ocupar os seus respetivos lugares.---

--- Prosseguiu o Presidente da Mesa, questionando o Vogal Celso Sá se era sua intenção manter a postura da última Assembleia e manter-se longe dos lugares reservados para a bancada do PS, tendo este reiterado a sua posição. ---

--- Após a leitura dos temas constantes na Ordem do Dia, de acordo com o número três do artigo vinte e oito do Regimento, a discussão do Protocolo com a Natural Life, Lda., assim como as Saudações indicadas para correção na última Assembleia. Esclareceu o Presidente da Mesa dizendo que, relativamente à Saudação relativa ao dia um de maio, foi sua decisão retirar o documento uma vez que não concordou com as críticas de que aquele documento foi alvo. ---

--- Pronunciou-se a Vogal Arminda Ferro sobre as declarações do Presidente da Mesa, lamentando a sua postura sobre a Saudação do dia um de maio, considerando que a Assembleia não se resume à figura do Presidente, não podendo este retirar unilateralmente o documento da votação. Propôs assim que o documento voltasse à Assembleia para posterior discussão e votação. ---

--- Interveio o Vogal António Costa dizendo que não votou contra o documento, mas sim contra a politização do mesmo, sendo favorável ao dia do trabalhador. ---

--- Tendo o Presidente da Mesa questionado a Assembleia sobre a manutenção ou não do documento, respondeu o Vogal Joaquim Costa dizendo que tal está consagrado no Regimento que o Presidente da Mesa pode recusar a leitura de um documento, desde que o seu autor não se oponha, tendo já passado o momento para o fazer. Referiu que a recusa de aprovação do documento naquele momento, daria uma ideia errada sobre a posição da Assembleia relativamente aos trabalhadores. Refere-se a si próprio como trabalhador e acha que se deve o voto de louvor ao primeiro de maio e às suas conquistas. Reiterou ainda a posição de que o documento anteriormente apresentado



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

deveria ser corrigido e novamente levado àquela Assembleia. \_\_\_\_\_

----- Atendendo às posições apresentadas pelos diversos Vogais, referiu o Presidente da Mesa que Saudação do primeiro de meio seria corrigida e levada a votação na próxima Assembleia. \_\_\_\_\_

--- Veio o Vogal José Carvalho esclarecer, relativamente à intervenção do Presidente da Mesa, que não seria só o seu partido a governar e que a decisão unilateral de retirada do documento da votação não tinha sido correta, tendo o Presidente da Mesa de respeitar as decisões da Assembleia. \_\_\_\_\_

--- Voltou a intervir o Vogal Joaquim Costa, perguntando o porquê de não constar na Ordem do Dia o protocolo a celebrar com a Natural Life, Lda., discutido na última Assembleia. Sobre o assunto, disse o Presidente da Mesa saber que o referido protocolo se tinha transformado numa prestação de serviços, mas só o Presidente do Executivo poderia dar mais informações sobre o mesmo. \_\_\_\_\_

--- O Presidente do Executivo confirmou a informação prestada pelo Presidente da Mesa, estando tais informações no site da Junta de Freguesia. Lamentou a Vogal Arminda Ferro que tal informação não tenha sido prestada pela mesa da Assembleia através de comunicação prévia, não tendo de ser o Presidente do Executivo a dar aquela informação. Prosseguiu o Presidente do Executivo dizendo que, se não fosse da vontade do Executivo, tal contrato nem sequer necessitaria de ser levado à Assembleia. \_\_\_\_\_

--- Pediu a palavra a Vogal Arminda Ferro dizendo que, a Ordem de Trabalhos difere dos assuntos que ficaram pendentes da última Assembleia, constando da ata da última, que tal documento seria discutido na presente Assembleia, sendo mais do que legítimo ser informada sobre o assunto em questão. \_\_\_\_\_

--- Interveio o Vogal Joaquim Costa, dizendo que se estaria a tratar de um "não caso", uma vez que constava da ata da última Assembleia a necessidade de realização de uma Assembleia Extraordinária para discussão de dois protocolos, sendo um o da *Natural Life, Lda.* Sublinha que caberia à Mesa da Assembleia informar os Vogais sobre a conversão do protocolo num contrato de prestação de serviços, sob pena de se violar o princípio da continuidade processual, sendo que tal esclarecimento deveria ser prévio àquela Assembleia. Seria por isso necessário um esclarecimento sobre o mencionado assunto, para que tal conste da ata da presente Assembleia de forma a que se verifique uma continuidade dos assuntos tratados. Acrescenta que dentro da Assembleia os Vogais se regem por direitos e deveres e devem ser conhecedores do Regimento. Para além disso, refere que a última Comissão Permanente não foi feita com carácter formal, nomeadamente pela ausência de ata da mesma, sendo este um dos locais indicados para ser informado da conversão do Protocolo em contrato de prestação de serviços. \_\_\_\_\_

--- Conjugando a posição das partes, decidiu o Presidente da Mesa que as informações necessárias sobre o assunto em análise podem ser encontradas no site da Junta de Freguesia, dando continuidade aos trabalhos. \_\_\_\_\_

--- Passando para o ponto dois da ordem do dia que consistia em "**apreciar e votar proposta de contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da gestão de praias**". Interveio o Vogal Joaquim Costa dizendo que saúda a manutenção do bar da praia apesar de não existirem concorrentes para a conceção. Quanto a protocolo em si não vê razão para votar desfavoravelmente. \_\_\_\_\_

--- Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

--- Passando ao ponto Três da Ordem do Dia "**Apreciar e votar proposta de contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito de manutenção de infraestruturas**". Interveio o Vogal António Costa que pretendeu ser esclarecido sobre o montante a ser investido no complexo desportivo da seara. Esclareceu o Presidente do Executivo que existe um rasgão no piso sintético, também tem de ser feita a manutenção à relva, penteá-la, substituir a borracha entre outros atos de manutenção. Apesar de ser uma manutenção que deve ser feita anualmente, este ano terá custos acrescidos devido ao grau de degradação do complexo. \_\_\_\_\_

--- Pediu a palavra o Vogal Joaquim Costa, que solicitou a confirmação de que seriam feitas duas empreitadas e qual o peso orçamental das mesmas. No decorrer desta intervenção, o Presidente do Executivo constatou que por lapso, não foi junto o documento com os valores das empreitadas, tendo procedido à entrega do mesmo. Prosseguiu o Vogal Joaquim Costa questionando em que consistirá a empreitada na Rua do Cential, uma vez que a queda da água danifica o piso. Questiona ainda se serão construídos passeios, por ser uma rua onde passam muitos peões. Relativamente à Rua Nova de Gulhe, uma vez que foi intervencionada há pouco tempo, para nova intervenção deveria haver a interpelação dos moradores para fazerem a ligação à rede saneamento, caso contrario poderá resultar numa obra mal feita. \_\_\_\_\_



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

— Interveio o Presidente da Mesa para afirmar que em Silvalde as infraestruturas só aparecem depois das obras de melhoramento, manifestando o seu desejo de que em futuras intervenções os moradores fossem notificados das infraestruturas a que possam ter acesso, sendo que na falta de interesse destes, os mesmos ficariam sem ter acesso durante um determinado período de tempo, como está a acontecer em municípios vizinhos. Tomou a palavra o Vogal Joaquim Costa que voltou a sublinhar a importância do acesso as infraestruturas antes da pavimentação da rua, alertando para o facto de, naquela rua ter sido legalizado uma casa recentemente.

— Para esclarecer a Assembleia, o Presidente do Executivo começou por dizer que para a construção de passeios era necessário a cedência de terrenos pelos seus proprietários e um acréscimo de verbas que de momento não é possível, sendo de momento mais urgente arranjar os pluviais uma vez que a acumulação de água torna aquela rua bastante perigosa. Quanto aos esclarecimentos solicitados remete mais explicações para os documentos apresentados. Acrescenta que quanto à Rua dos Covelos sendo esta uma rua sem acesso a veículos, mas onde passa muitas pessoas idosas e tem havido relatos de acidentes com estas. Apesar de ser uma rua com boas infraestruturas não tem acesso a viaturas, apesar de ter muitas habitações. A opção pelas ruas elencadas baseasse na pré-existência de infraestruturas.

— Finalizados os esclarecimentos procedeu-se à votação do documento que foi aprovado por dez votos a favor e uma abstenção do vogal Joaquim Costa.

— O Vogal Joaquim Costa manifestou vontade de fazer uma declaração de voto onde disse que não foi afirmado que tinham sido realizadas todas as tentativas de contacto com os moradores de modo a saber se estes queriam ter acesso às infraestruturas, ou com os proprietários que poderiam ceder terrenos para a construção de passeios.

— Terminada a votação, avançou a sessão para o Ponto Quatro da Ordem do Dia, **“Apreciar e votar as propostas de protocolo a celebrar com o Sporting Clube de Silvalde e com a AtlantikBreak Clube de Surf – Barrinha Surf School”**.

— Pediu a palavra o Vogal Joaquim Costa para se pronunciar sobre o protocolo com o Sporting Clube de Silvalde. Assim, disse que a planta da sala devidamente corrigida deveria ter sido junta aos documentos entregues à Assembleia. Por outro lado, revela ter uma dúvida relacionada com a data de início da vigência do protocolo. Quanto ao protocolo com AtlantikBreak clube de Surf – Barrinha Surf School, considera que o mesmo é bastante sintético, nomeadamente quanto às condições de cedência do contentor para esta operar, apólices e seguros necessários, de modo a afastar qualquer responsabilidade da Junta de Freguesia relativamente à atividade prestada pela escola. Considerou o protocolo útil, mas deve o mesmo ser melhorado para não acarretar quaisquer riscos para a Junta de Freguesia. Pretendeu também ser esclarecido quanto à questão do nadador salvador e das aulas gratuitas mencionadas no protocolo.

— Para esclarecer a Assembleia, o Presidente do Executivo interveio dizendo que o protocolo foi aceite de boa fé e por concordância das partes. Ressalvou a importância do protocolo para a segurança e vigilância da Praia Pau da Manobra e sublinhou a curta duração de dois meses. Considerou que poderia ser solicitada a apólice do seguro de responsabilidade civil que comprove que esta funcione dentro de legalidade.

— Pediu a palavra o Vogal Joaquim Costa referindo que não considera haver má fé dos intervenientes, mas sim lacunas no protocolo, nomeadamente quanto à validade temporal do mesmo. Interrompeu o Presidente do Executivo dizendo que no caso de o protocolo ser assinado em junho, pode ser denunciado em agosto por qualquer uma das partes. Continuou o Vogal Joaquim Costa dizendo que consta no protocolo que este entra em vigor na data da sua assinatura, mas no mesmo se fala de uma duração anual do mesmo, e não de dois meses, referindo que este tem muitas lacunas. Mais uma vez ressalva a boa fé dos intervenientes, mas tal não protege a Junta de Freguesia, pelo que não aprovará o protocolo apresentado.

— Na sequência do tema abordado pediu a palavra a Vogal Arminda Ferro para se pronunciar sobre o protocolo com AtlantikBreak clube de Surf – Barrinha Surf School, dizendo que a atividade a que se destina traria vários benefícios para a Freguesia, no entanto, concorda com os argumentos anteriormente utilizados principalmente os que referem a salvaguarda da Junta de Freguesia e da posição do Executivo uma vez que a boa fé por si só não o faz. Considera então oportuno levar os documentos a votação com todos os fundamentos existentes.

— Toma a palavra o Vogal António Costa para referir que quanto ao protocolo AtlantikBreak clube de Surf – Barrinha Surf School, e tratando-se esta de uma empresa privada é necessário conferir uma maior segurança a este



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

nomeadamente através da junção da declaração de não dívida à segurança social e administração tributaria e seguro de responsabilidade civil. Relativamente ao prazo de denuncia do protocolo diz não estar claro no mesmo por todos estes motivos não se considera em condições de votar favoravelmente. -----

----- Tomou a palavra o Vogal José Carvalho que concordou com os argumentos já referidos principalmente os que concernem à questão do seguro de responsabilidade civil e validade temporal uma vez quanto à ultima esta fixado um prazo inicial mas não um prazo final de duração, podendo o mesmo prolongar-se para além da época balnear onde já não haverá segurança na praia.-----

-----Pedi a palavra o Vogal João Folha dizendo que o protocolo com AtlantikBreak clube de Surf – Barrinha Surf School pode ser melhorado uma vez que se encontra mal redigido, para sua posterior aprovação. -----

-----Pedi a palavra o Vogal Celso Sá que pretendeu ser esclarecido sobre o período de vigência do protocolo e quanto à denúncia do mesmo pelas partes, nomeadamente se essa denúncia poderia ser unilateral ou não. -----

----- No sentido de conciliar posições disse o Presidente da Mesa que a não aprovação do protocolo traria consequências negativas à Freguesia. Interrompeu o Vogal Joaquim Costa referindo que a maioria dos documentos levados a Assembleia podem ser alterados sendo isso mesmo que esta a sugerir para o caso concreto. Considera grave uma possível retirada do documento da votação assim como a possibilidade de este não ter sido aprovado em sede de reunião de Executivo. Sublinha estar a favor da essência do protocolo, mas não da sua redação. -----

-----Interveio o Presidente da Assembleia ressaltando as consequências da não aprovação do protocolo questionando ao Presidente do Executivo sobre a possibilidade de nos dias próximos ser alterado o mesmo. -----

-----Tomou a palavra o Presidente do Executivo sugerindo a retirada do documento para reformulá-lo nas condições sugeridas pela Assembleia. Salva que com a abertura época balnear, a não aprovação do protocolo um menor reforço da segurança na praia Pau da Manobra.-----

-----Pedi a palavra a Vogal Arminda Ferro para dizer que não consta em nenhum regulamento a impossibilidade de falar com os seus parceiros de bancada após ter sido interpelada pelo 2º secretário nesse sentido. Acrescenta ainda que não é sua função gostar ou não das intervenções do Presidente do Executivo. Neste sentido, o Presidente da Mesa veio esclarecer que não é conveniente o barulho de fundo proveniente das conversas paralelas. -----

----- Pedi a palavra o Vogal António Costa que veio questionar a origem do documento apresentado, nomeadamente quem elaborou, uma vez que, tendo a Junta de Freguesia uma avença com advogado, este deveria ter apreciado o mesmo e propor alterações. Considerou que o documento apresentado é fraco relembra que, quando fazia parte do anterior Executivo, era muitas vezes posta em causa a organização e os documentos apresentados, sendo solicitadas certidões das atas do Executivo com as suas deliberações, não encontrando as respetivas certidões dos documentos apresentados. Interrompeu o Presidente do Executivo, dizendo que o protocolo apresentado foi aprovado na última reunião do Executivo e que tal decisão consta da ata da mesma. Continuou o Vogal António Costa dizendo que é mau demais uma entidade que pretende fazer um protocolo com a Junta de Freguesia enviar minuta do mesmo e o Executivo não a analisar corretamente ou submeter ao seu departamento de contencioso, não acreditando que aquele protocolo tenha sido submetido ao Executivo. Acrescenta que o documento em causa deve a obedecer a um conjunto de formalismos, nomeadamente a junção de declarações de não-dívida da empresa, do seu quadro de pessoal e seguro de responsabilidade civil. Solicitou que, a partir daquela data, sejam apresentadas as certidões das atas do Executivo sobre os documentos a apresentar à Assembleia. -----

----- Interveio o vogal Joaquim Costa dizendo que há comentários mal interpretados em virtude de se escutarem mal certas declarações. Refere que nos termos do artigo vinte e sete, número um do Regimento o Presidente da Junta de Freguesia pode intervir no debate sem direito a voto. Frisou, que a atividade a que respeita o protocolo já era exercida antes do início da época balnear, pelo que, o que está aqui em causa é a cedência de espaço e suporte de despesas por parte da Junta de Freguesia, que os tem de justificar, a uma empresa privada. Não colocou em causa os argumentos relacionados com o acréscimo de segurança que a atividade iria trazer ou os seus benefícios para o bar de praia. Acrescenta que não está a solicitar a retirada do documento da ordem de trabalhos, mas a solicitar a sua retificação antes da aprovação, não podendo o Executivo optar pela sua retirada. -----

----- No seguimento da última intervenção, o Vogal António Costa sugeriu que, devido à manifesta urgência na aprovação do documento, deveria ser alterada a cláusula sete com a colocação de um prazo para denúncia do contrato e que os documentos relativos à declaração de não-dívida da empresa e seguro de responsabilidade civil devem ser



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

enviados aos membros da Assembleia com a maior brevidade possível, para que o mesmo possa ser aprovado naquela reunião.

----- O Presidente da Mesa no sentido de conjugar posições veio reforçar a manifesta urgência na aprovação do protocolo com a aproximação da época balnear.

----- Pediu a palavra o Presidente do Executivo que remeteu mais esclarecimentos para a 1ª Vogal Daniela Carvalho. Esta disse que ouvindo a Assembleia concorda com a alteração de algumas cláusulas do protocolo apresentado, sugerindo a sua retificação, atendendo à importância que o mesmo teria para a Freguesia.

----- Interveio o Vogal Joaquim Costa que disse que deveria ser dada mais legalidade ao documento apresentado através da sua retificação.

----- Após discussão, os protocolos foram levados a votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

----- Continuou a sessão com a discussão do Ponto Cinco da Ordem do Dia **“Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da autarquia”**.

----- Pediu a palavra o Vogal António Costa para pedir mais esclarecimentos sobre algumas questões realizadas na última Assembleia, nomeadamente quanto a forma de pagamento das despesas dos clubes na secretaria da Junta e se já se procedeu à criação da associação desportiva de Silvalde para ser apresentada à Assembleia. Comentou o presidente da Assembleia quanto à questão do pagamento dos clubes fora da secretaria se tal aconteceria por incompatibilidade de horários.

----- Pediu a palavra a Vogal Arminda Ferro para ser esclarecida sobre a reunião tida na camara municipal de Espinho a 8 de maio onde se discutiram assuntos sobre o trator. Seguidamente a reunião de 9 de maio com a vereadora Lurdes Ganicho, e por fim as reuniões de 22 e 23 de maio com a vereadora Lurdes Ganicho e o vereados Quirino Jesus.

----- Questionou o Vogal António Félix a eventual criação ou não da Associação desportiva de Silvalde.

----- O Vogal Joaquim Costa sublinhou que preferia que na agenda do presidente continuasse a constar os nomes de quem vai a cada evento.

----- Para responder a todas as dúvidas colocadas foi dada a palavra ao Presidente do Executivo que começou por dizer que a maioria das presenças registadas na agenda do Presidente foram realizadas por si, não constando essa informação por mero lapso. Respondendo as questões relativas aos pagamentos dos clubes, admitiu que os mesmos ainda são feitos no complexo desportivo da seara uma vez que existe incompatibilidade de horários e este método tem se revelado mais eficaz quanto à menor existência de dívidas dos clubes, sendo que os recibos relativos aos pagamentos efetuados são entregues aos clubes nos mesmos moldes. Já quanto à constituição da associação desportiva de Silvalde refere que esta ainda não foi constituída, mas deverá ser uma vez que esta foi uma promessa eleitoral e a sua constituição aparece no orçamento da Junta, apesar da responsabilidade da sua criação estar nas mãos dos clubes. Dados estes esclarecimentos, passou para a reunião do dia oito de maio relativa ao abate do trator. Disse que quando foi requerido o abate e o certificado de matrícula, verificou-se que o mesmo não estava no nome da Junta de Freguesia, mas sim em nome da Câmara Municipal de Espinho constando de forma ilegal no inventário da Junta. Para resolver esta questão deslocou-se à Câmara afim de averiguar da necessidade de se fazer algum averbamento, tendo a chefe de divisão dos transportes confirmado a decisão de abate, cancelamento da matrícula e emissão de certificado de destruição de veículo em fim de vida. Refere que com o auto de abate feito seria ilegítimo considerar que o veículo estava legalmente inserido do património da Junta de Freguesia, apesar de existir uma ata com a pertença doação esta nunca ocorreu legalmente. Informou os presentes que no seguimento do ocorrido na última Assembleia de Freguesia, iria ser apresentada queixa-crime contra o autor das declarações ofensivas contra si. Continuando a sua exposição veio esclarecer os assuntos abordados na reunião com a vereadora Lurdes Ganicho e com o vereador Quirino Jesus. Começando pela reunião de 9 de maio disse que esta foi com a unidade de saúde de cuidados personalizados onde se discutiram assuntos relacionados com as unidades de saúde de Silvalde, Paramos e Espinho. No que diz respeito a Silvalde foi discutida a questão da falta de meios para atendimento ao público, sendo que esta questão já teria sido levantada com o anterior executivo, mas sem sucesso. Assim, o principal motivo da reunião foi lutar pela manutenção da unidade de saúde em Silvalde, estando em risco de se perder as unidades de Silvalde sendo que a unidade da Marinha só tem dois médicos indo eles para a reforma no próximo ano, sendo que a solução para a resolução do problema poderia passar por criar uma unidade de saúde entre Silvalde e Paramos, estando a principal dificuldade na obtenção de um espaço. Refere que na hipótese do encerramento de qualquer uma das unidades de saúde, e elementar a criação de uma rede de transportes adequada.



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

---- Sobre este assunto interveio o Vogal José Carvalho, também na qualidade de utente da unidade de saúde da Marinha, louvando o atendimento que lá é feito. Atribui esta situação as políticas do PS, lembrando uma antiga intervenção do atual secretário do executivo Pedro Tavares, na altura na qualidade de vogal da Assembleia em manifestações quanto as passagens de nível.

---- Utilizando o instituto da defesa de honra o Secretário do Executivo Pedro Tavares desafiou o vogal José Carvalho a encontrar qualquer tipo de referência que comprove aquilo que disse, uma vez que nunca esteve presente em qualquer manifestação do género, à exceção da última situação de atropelamento na linha de comboio. Relativamente ao encerramento das extensões de saúde, referiu que em dois mil e treze reuniu com o DR Rogério, ao contrário do anterior presidente da junta que não se debruçou sobre a questão. Sublinha que os médicos não estão a ser mandados para a reforma pelo partido socialista, mas sim eles próprios a solicitar a sua reforma.

---- Pediu a palavra o Vogal António Costa para pedir esclarecimentos adicionais sobre o pagamento dos treinos, considerando ser ilegal que estes sejam feitos a alguém que não faz parte da junta, referindo que não pactua com tal ilegalidade e exigindo que os pagamentos sejam feitos na junta de freguesia. Acrescenta que fara um controlo financeiro ao pagamento dos treinos solicitando mais esclarecimentos à junta através de um mapa de pagamentos. Quanto à questão dos serviços de saúde disse que a reforma dos médicos não pode ser justificação para o encerramento destes.

---- Interveio o Vogal Joaquim Costa sublinhando que a junta de freguesia deve ter normas de controlo interno nomeadamente para quem manuseia dinheiro, nomeadamente a disponibilidade de um fundo de manuseio refere que pelo que sabe não foram delegadas competências a nenhum voluntário. Sobre as unidades de saúde disse que toda a gente estava consciente da situação, devendo-se a inercia existente ao medo das consequências políticas.

---- Foi dada a palavra à Vogal Arminda Ferro que veio dizer que não sendo possível a manutenção das duas unidades de saúde, se deveria pugnar pela manutenção de pelo menos uma. Caso não seja possível, devera ter-se em atenção a rede de transportes existentes.

---- Interveio o Presidente do Executivo, quanto à questão da mobilidade e transportes, diz ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Espinho providenciar uma rede eficaz. Cabendo também a esta a gestão dos centros de saúde. No que concerne à reunião de vinte e um de maio, com a vereadora Lurdes Ganicho discutiu-se a nova centralidade e sugeriu-se uma intervenção de fundo no centro da vila de Silvalde, intervenção em várias ruas da freguesia. Ainda na reunião de vinte e um de maio, mas com o DR Quirino Jesus referiu ter solicitado um "sapinho" para a limpeza das praias. Referiu que a junta de freguesia de Silvalde foi notificada pela camara Municipal de Espinho para proceder ao pagamento das horas do presidente da junta em exercício e em representação da Junta de Freguesia, tendo o ultimo negado tal pagamento por considerar que o mesmo se trata de um preciosismo, uma vez que a Junta não tem dinheiro para pagar o valor disponível por não o ter orçamentado. Acrescenta que muitas horas de representação são feitas em eventos organizados pela Câmara Municipal, onde é exigida a presença do Presidente.

---- Prosseguiu a sessão para o Ponto seis da ordem do Dia, "**Aprovação das atas das sessões anteriores**".

---- O Presidente da Mesa referiu-se à ata nº 3 de 2017 pertencente ao executivo anterior, tendo informado de que a mesma não lhe chegou retificada nem será, por este motivo colocada à discussão nesta Assembleia.

Foi dada a palavra ao Vogal Joaquim Costa que começou por dizer que a ata em apreciação nº 1 2018 para além de estar muito extensa, é motivo de sua preocupação pela lugar que ocupa na Assembleia de Freguesia, solicitando ao Presidente da Mesa o adiamento da aprovação da ata, disse que a mesma tem varias interpretações, até mesmo matéria criminal. Aludiu ao código de procedimento administrativo para sublinhar que a ata não estaria tecnicamente em conformidade, terminando dizendo que na aquela Assembleia achou que os vogais não fizeram um bom trabalho e que o Presidente do Executivo também não. Propôs novamente que se adiasse a aprovação da ata em questão, para que todo o áudio de referencia importante, fosse transcrito na integra.

---- O Presidente da Mesa respondeu que em relação à transcrição contida na ata em forma de discurso direto, veiculada pelo senhor Luís Patela, a Mesa da Assembleia achou por bem fazer assim dada a gravidade da situação.

---- Usou da palavra o Vogal António Costa que concordou com o que foi dito pelo vogal Joaquim Costa reforçando que a ata deve referir na integra o seu teor.

---- O Vogal Celso Sá tomou da palavra para dizer que se forem elaboradas este género de atas tão extensas, ficaremos reféns na elaboração das atas das futuras sessões, mais disse que poderá estar em causa o princípio da coerência, pois pode acontecer numa discussão acalorada sair uma palavra menos pensada e podendo ser



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

complicado.

--- O Presidente da Mesa advertiu para houvesse bom censo entre os membros desta assembleia, esperando que os vogais nunca se referissem nos termos da intervenção do Sr. Luís Patela, dizendo que este tipo de linguagem é impensável e inqualificável, mas acontecendo, existirá sempre a obrigatoriedade do esclarecimento e redação integral de todas as declarações que assim aconteçam.

----- O Presidente do Executivo tomou da palavra para esclarecer que a transcrição quase integral das declarações que foram referidas pelo Sr. Luís Patela, foram necessárias porque as mesmas iriam fazer parte de um processo criminal, no qual este, foi de forma infame e grosseiramente visado, na honra e sua integridade moral, como pessoa e na qualidade de Presidente de Junta. Acrescentou estar plenamente tranquilo e que se esclarecesse tudo o que tivesse que ser esclarecido e sublinhando o interesse da ata ser aprovada, porque a mesma transcreve a realidade do que se passou.

----- O Vogal Joaquim Costa, referiu que a ata como está com várias imprecisões e desta forma, em votação irá votar contra.

----- Interveio o Presidente da Mesa, dizendo que iria propor o adiamento da votação da ata ou propor a sua votação. No entanto o Presidente do Executivo não a poderia levar para os fins por ele já aludidos.

----- O Presidente do Executivo interveio para dizer que a aprovação da ata não era impeditiva para fazer parte documental de uma provável queixa-crime. Interveio o Vogal António Costa para reforçar o facto da ata poder ser sempre apresentada *a posteriori* do início do processo, uma vez que existe o período de seis meses para deduzir a queixa, dizendo também concordar com o relato integral na ata onde refere a intervenção do Sr. Luís Patela, aludindo ao facto de ser mau demais. Interveio o Vogal Joaquim Costa dizendo que havia muita coisa a acrescentar à ata.

----- O Presidente do Executivo, dirigiu-se à mesa dizendo que se a ata não fosse a votação então solicitava a aprovação da parte referente ao período antes da ordem de trabalhos. O Vogal Joaquim Costa interveio para referir que era exatamente este ponto que teria que ser alterado, uma vez que havia muita coisa a acrescentar, dizendo que tem que se dizer tudo desde o seu princípio, e para isso sugeriu à Assembleia adiar a aprovação da ata ou corrigir o seu texto na terça-feira. O Presidente do Executivo deu a palavra à Primeira Vogal do Executivo Daniela Carvalho, que se referiu à questão de legalidade no procedimento a tomar quanto à alteração da redação da ata. Tomou a palavra o Vogal Joaquim Costa solicitando à Assembleia um voto de confiança, para que a ata seja verificada com o áudio em sede de comissão permanente, mais disse que não se iria alterar nada uma vez que também lá iria estar o Presidente da Assembleia, e apenas se fariam correções se as houvesse.

----- O Presidente da Mesa questionou se todos os presentes eram de acordo que se adiasse a votação da ata.

----- O Vogal Joaquim Costa pediu a palavra à Mesa para dizer que se a ata fosse corrigida na terça-feira não via inconveniente de que a mesma fosse votada hoje. O Vogal António Costa questionou o Vogal Joaquim Costa, não compreendendo como seria possível aprovar uma ata e posteriormente a mesma ser alvo de alteração em sede de comissão permanente e questionou se o que pretendiam era aprovar esta ata que depois seria apenas confirmada com a audição do áudio.

----- Pedindo um ponto de ordem, interveio o Segundo Secretário Marco Oliveira para esclarecer que a ata ia à aprovação hoje com menção de ser confirmada na próxima terça-feira.

----- O Presidente da Mesa colocou a ata a votação, tendo sido a mesma **aprovada** com oito votos a favor e quatro abstenções.

----- Declarações de Voto:

----- O Vogal António Costa disse abster-se devido ao facto de ficar a aguardar pelas eventuais alterações efetuadas pela comissão permanente na ata que hoje foi aprovada.

----- O Vogal João Folha justificou a sua abstenção por não ter estado presente nessa Assembleia.

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Celso Sá tendo este começado por referir que anteriormente não tinha reparado como era identificado nas atas, dizendo que de futuro gostaria que fosse mencionado como Celso Sá independente eleito pela lista do PS. O Presidente da Mesa informou que ficou registado.

----- O Presidente da Mesa deu a palavra à Vogal Arminda Ferro que apresentou uma recomendação ao Presidente da Mesa, começando por criticar a má condução dos trabalhos solicitando a análise das suas intervenções. Mais disse que



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

este tinha condições e capacidade para trabalhar melhor e pediu para analisar as intervenções de todos, referindo que era uma das pessoas que mais tem respeitado esta Assembleia, e não tem sido respeitada quando solicitada a sua intervenção pois quase sempre é interrompida. O Presidente da Mesa respondeu dizendo ter notado desde o princípio uma predisposição da Vogal em questão em criticar a sua atitude na condução dos trabalhos, reforçando que a sua opinião vale o que vale deixando um apelo ao bom senso e sensatez, terminando dizendo que era a opinião da Vogal Arminda Ferro e como tal seria de respeitar.-----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavra a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

### A MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

---

1.º SECRETÁRIO

---

PRESIDENTE

---

2.º SECRETÁRIO